



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL



# TCDF

## LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo ao qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, ainda, o seu nome em cada página numerada desse caderno de provas. Em seguida, verifique se esse caderno contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais e(ou) aos dados do cargo ao qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  
  
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

**Aplicação: 2014**



**CADERNO DE  
PROVAS OBJETIVAS**

**Turno: MANHÃ**

### OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(xx) 61 3448-0100  
www.cespe.unb.br  
sac@cespe.unb.br

**cespeUnB**  
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos



- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; o termo **clique** refere-se a um clique com o botão esquerdo do *mouse*; não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CLDF = Câmara Legislativa do Distrito Federal; DF = Distrito Federal; LODF = Lei Orgânica do Distrito Federal; LO/TCDF = Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal; TCDF = Tribunal de Contas do Distrito Federal; TCDF = Tribunal de Contas do Distrito Federal.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O Programa Ciência sem Fronteiras, lançado  
em 2011, busca promover a consolidação, expansão e  
internacionalização da ciência e tecnologia brasileiras, com  
4 inovação e competitividade, por meio do intercâmbio com  
outros países. No âmbito do programa, serão concedidas, até  
2015, mais de 100 mil bolsas de estudos no exterior para  
7 estudantes de graduação e pós-graduação. O Ciência sem  
Fronteiras também pretende atrair pesquisadores do exterior  
interessados em trabalhar no Brasil. Esse incentivo torna-se  
10 imperativo no início do século XXI, devido à extrema  
velocidade com que ciência e tecnologia se desenvolvem. Há  
décadas, países como China e Índia têm enviado estudantes  
13 para países centrais, com resultados muito positivos.  
Provavelmente, o programa brasileiro vai acelerar a mobilidade  
internacional e proporcionar avanços na ciência brasileira. Essa  
16 iniciativa louvável talvez inspire outras não menos importantes  
— como o estímulo à mobilidade nacional de estudantes —,  
que ainda são incipientes. Estudantes do Acre, de Rondônia ou  
19 do Maranhão certamente seriam beneficiados com a estada de  
um ano em universidades de São Paulo, Rio de Janeiro e  
Brasília. Da mesma forma, alunos de São Paulo, Rio de Janeiro  
22 e Brasília se beneficiariam com uma temporada no Acre, em  
Rondônia ou no Maranhão. Essa troca de experiências seria um  
instrumento de coesão e compreensão dos diferentes aspectos  
25 culturais e de problemas comuns e específicos de diferentes  
regiões brasileiras.

Isaac Roitman. *Brasil sem fronteiras*. In: *Revista DARC*.  
Brasília: UnB, n.º 11, jun.-jul./2012, p. 7 (com adaptações).

Julgue os itens de **1** a **8**, no que se refere às ideias e aos aspectos linguísticos do texto acima.

- 1 Conclui-se do texto que a velocidade do desenvolvimento da ciência e tecnologia impõe a formulação de políticas voltadas ao intercâmbio científico, caso do Ciência sem Fronteiras, cujo objetivo é promover a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência e tecnologia no Brasil.
- 2 Seriam preservados o sentido original do texto e sua correção gramatical caso o trecho “também pretende atrair” (ℓ.8) fosse substituído por **pretende, ainda, atrair**.
- 3 Conclui-se dos sentidos do texto que o antecedente do termo “Esse incentivo” (ℓ.9) é a ideia expressa em “atrair pesquisadores do exterior interessados em trabalhar no Brasil” (ℓ.8-9).

- 4 O pronome “que” (ℓ.18) tem como referente o termo “estudantes” (ℓ.17).
- 5 De acordo com o texto, a mobilidade interna de alunos vinculados a distintas universidades do país resultaria em um choque cultural, o que poderia beneficiar tanto os próprios estudantes quanto a ciência, já que eles teriam de lidar com “problemas comuns e específicos de diferentes regiões brasileiras” (ℓ.25-26).
- 6 Seriam mantidos a correção gramatical e o sentido original do texto caso a locução “têm enviado” (ℓ.12) fosse substituída por **enviaram**.
- 7 A forma verbal “Há” (ℓ.11) poderia ser corretamente substituída por **Fazem**.
- 8 As ideias originais do texto e a sua correção gramatical seriam preservadas caso o vocábulo “Provavelmente” (ℓ.14), a locução verbal “vai acelerar” (ℓ.14) e a forma verbal “proporcionar” (ℓ.15) fossem substituídos, respectivamente, por **É provável que, acelere e proporcione**.

1 Na casa todos dormiam. Todos, menos a irmã.

4 Era quieta, essa irmã. Não cantava, não ria; mal falava. Trazia água do poço, varria o terreiro, passava a roupa, comia — pouco, magra que era — e ia para a cama sem dar boa-noite a ninguém. Dormia num puxado, um quartinho só dela; tinha nojo dos irmãos. Se, na cama, suspirava ou revirava os olhos, nunca ninguém viu. O nome dela era Honesta.

7 (Nome dado pela mãe. O pai queria-a ali, na roça; a mãe, porém, tinha esperança que um dia a filha deixasse o campo e fosse para a cidade se empregar na casa de uma família de bem. E que melhor nome para uma empregada do que Honesta? O pai acreditava no campo; a mãe secretamente  
10 ansiava pela cidade — por um cinema! Nunca tinha entrado num cinema! Minha filha fará isto por mim, dizia-se, sem notar que a filha vagueava por paisagens estranhas, distantes do  
13 campo, distantes da cidade, distantes de tudo. [...])

Moacyr Scliar. *Doutor Miragem*. Porto Alegre: L&PM, 1998, p. 22-3 (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, com base nas ideias e estruturas linguísticas do texto acima.

- 9 No texto, o pronome “se”, em “dizia-se” (ℓ.14), equivale, em sentido, à expressão **a si mesma**.
- 10 De acordo com o texto, “a irmã” (ℓ.1) permanecia acordada enquanto o resto da família dormia.
- 11 A expressão “mal falava” (ℓ.2-3) indica que a personagem não empregava as regras gramaticais da norma-padrão da língua ao se expressar.
- 12 A expressão “vagueava por” (ℓ.15) poderia ser substituída por **sonhava com**, sem prejuízo ao sentido original do texto.

Com base nas normas estabelecidas pelo **Manual de Redação Oficial do TCDF** para a elaboração de comunicações oficiais, julgue os itens subsequentes.

- 13 A regra da formalidade exigida nas comunicações oficiais está preservada no trecho a seguir: “Nos termos do plano geral de flexibilização da carga horária funcional, solicito a Vossa Senhoria verificar a possibilidade de que sejam alocados três novos funcionários neste Departamento”.
- 14 Em uma comunicação oficial destinada a administrador regional, cujo signatário seja o presidente do TCDF, é obrigatório o emprego não só da expressão **Excelentíssimo Senhor administrador** antes do nome do destinatário, mas também do fecho **Atenciosamente**.
- 15 Caso deseje encaminhar uma comunicação oficial aos funcionários do TCDF, o presidente desse órgão deve utilizar a modalidade textual do comunicado, e não a do aviso.
- 16 Para encaminhar documentos ao Supremo Tribunal Federal, o TCDF deve utilizar a modalidade de comunicação oficial denominada memorando.

Considere as proposições P<sub>1</sub>, P<sub>2</sub>, P<sub>3</sub> e P<sub>4</sub>, apresentadas a seguir.

P<sub>1</sub>: Se as ações de um empresário contribuírem para a manutenção de certos empregos da estrutura social, então tal empresário merece receber a gratidão da sociedade.

P<sub>2</sub>: Se um empresário tem atuação antieconômica ou antiética, então ocorre um escândalo no mundo empresarial.

P<sub>3</sub>: Se ocorre um escândalo no mundo empresarial, as ações do empresário contribuíram para a manutenção de certos empregos da estrutura social.

P<sub>4</sub>: Se um empresário tem atuação antieconômica ou antiética, ele merece receber a gratidão da sociedade.

Tendo como referência essas proposições, julgue os itens seguintes.

- 17 A proposição P<sub>1</sub> é logicamente equivalente à proposição “Se um empresário não mereceu receber a gratidão da sociedade, então as ações de tal empresário não contribuíram para a manutenção de certos empregos da estrutura social”.
- 18 O argumento que tem como premissas as proposições P<sub>1</sub>, P<sub>2</sub> e P<sub>3</sub> e como conclusão a proposição P<sub>4</sub> é válido.
- 19 Caso sejam falsas as proposições “Um empresário tem atuação antieconômica ou antiética” e “Ele merece receber a gratidão da sociedade”, então a proposição P<sub>4</sub> também será falsa.
- 20 A negação da proposição “Um empresário tem atuação antieconômica ou antiética” pode ser expressa por “Um empresário não tem atuação antieconômica ou não tem atuação antiética”.

Julgue os itens que se seguem, considerando a proposição P a seguir: Se o tribunal entende que o réu tem culpa, então o réu tem culpa.

- 21 Se a proposição “O tribunal entende que o réu tem culpa” for verdadeira, então a proposição P também será verdadeira, independentemente do valor lógico da proposição “o réu tem culpa”.
- 22 A negação da proposição “O tribunal entende que o réu tem culpa” pode ser expressa por “O tribunal entende que o réu não tem culpa”.

De um grupo de seis servidores de uma organização, três serão designados para o conselho de ética como membros titulares, e os outros três serão os seus respectivos suplentes. Em caso de falta do membro titular no conselho, somente poderá assumir seu lugar o respectivo suplente.

Com base na situação hipotética acima, julgue os próximos itens.

- 23 Tão logo os membros titulares sejam escolhidos, haverá mais de dez maneiras de serem escolhidos os suplentes.
- 24 O número de maneiras de serem selecionados os três membros titulares e seus respectivos suplentes é superior a 100.

RASCUNHO

Com base na LODF, julgue os itens a seguir.

- 25 Se o governo do DF normatizar a exibição de cartazes em logradouros públicos e em locais de acesso livre, ele estará exercendo uma competência que compartilha à União.
- 26 Para alienar bens imóveis, que devem ser cadastrados com identificação específica, o governo do DF necessita de autorização legislativa.
- 27 Os conselheiros e os auditores do TCDF são obrigados pela LODF a fazer declaração pública anual de seus bens.
- 28 Caso o governo do DF pretenda executar determinado projeto e realize uma audiência pública sobre o tema, essa audiência caracterizará o exercício da soberania popular.
- 29 A substituição de um administrador regional destituído do cargo, cuja remuneração pode ser igual à de um secretário de Estado do DF, deverá ser feita mediante um processo de escolha com participação popular.

Ainda no que se refere à LODF, julgue os seguintes itens.

- 30 Para prestar determinado serviço público sob regime de permissão, o governo do DF, segundo a LODF, estará dispensado de licitação.
- 31 Se não atender à convocação da CLDF para, no prazo de trinta dias, prestar informações sobre assuntos previamente determinados, o procurador-geral do DF estará sujeito a sofrer sanções, em razão da ausência sem justo motivo.
- 32 Caso um indivíduo pertencente a determinada entidade sindical tenha tomado conhecimento de irregularidades na gestão contábil e financeira de determinada secretaria de Estado do DF, tanto ele quanto a entidade sindical poderão denunciar tais irregularidades ao TCDF ou à CLDF.
- 33 Para instituir determinado fundo, o governo do DF deverá previamente apresentar à CLDF, para autorização, a devida proposta em que conste a finalidade básica do fundo.
- 34 Quando um servidor público do DF, no exercício de seu poder de polícia, aplica multa a determinado estabelecimento comercial, a multa arrecadada passa a constituir receita pública desse ente da Federação.

Julgue os itens subsequentes relativos à LO/TCDF.

- 35 Compete exclusivamente ao TCDF conceder a conselheiro e auditor licença para tratamento de saúde, que, se for superior ao prazo de seis meses, dependerá de inspeção por junta médica.
- 36 Caso um secretário de Estado do DF nomeie seu primo para cargo em comissão na respectiva secretaria, caberá ao TCDF apreciar, para fins de registro, a legalidade desse ato de admissão.
- 37 Os conselheiros do TCDF serão processados e julgados, em caso de cometimento de crime comum, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e, em caso de crime de responsabilidade, pela CLDF.
- 38 Um servidor do serviço auxiliar do TCDF poderá propor a aplicação de multas, quando exercer função específica de controle externo do tribunal.
- 39 Entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado criadas com a finalidade de prestar serviço de interesse público estão abrangidas, em razão de sua finalidade, pela jurisdição do TCDF.

Ainda com relação à LO/TCDF, julgue os itens subsecutivos.

- 40 Caso, no TCDF, um servidor do serviço auxiliar com mais de trinta anos de serviço público e que perceba mensalmente remuneração menor que a de um conselheiro passe a perceber certas vantagens pecuniárias de caráter pessoal, e, com isso, sua remuneração ultrapasse a do conselheiro, a nova remuneração poderá ser maior que a do conselheiro, pois as vantagens pecuniárias de caráter pessoal estão excluídas do teto remuneratório.
- 41 Por deliberação do seu presidente, em resolução, o TCDF poderá ser dividido em câmaras por tratar-se de assunto de sua competência exclusiva.
- 42 Se os cargos de presidente e vice-presidente do TCDF ficarem vagos noventa dias antes do término do mandato e dois de seus conselheiros titulares estiverem ausentes, um por estar em gozo de férias e o outro por estar em licença, será facultado a esses conselheiros participar das eleições para os cargos vagos.
- 43 A movimentação de crédito orçamentário destinado ao funcionamento do TCDF compete ao seu presidente, que poderá delegar esse ato, inadmitida a subdelegação.
- 44 A competência para nomear cidadão aprovado em concurso de provas e títulos para o cargo de auditor do TCDF é do próprio presidente do tribunal.

Com relação à ética e sua aplicação no serviço público, julgue os itens a seguir.

- 45 Servidor público que não participa de atividades de atualização de seus conhecimentos, para o exercício de suas atribuições, infringe os deveres do servidor.
- 46 A conduta de uma servidora pública que aja sempre com eficácia, zelo, dignidade, decoro e consciência dos princípios morais contribui para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.
- 47 A ética no serviço público exige que seus servidores tratem o serviço como parte de sua carreira profissional, separando-o, portanto, de sua vida privada, e que abdicuem de seus interesses pessoais em função dos interesses públicos, sempre que necessário.
- 48 Caso um servidor público, levando em conta os interesses da administração pública, omita um fato a um usuário da instituição em que trabalha, essa conduta não infringirá a ética do serviço público, que prima pelos interesses públicos em vez dos particulares.

Cada um dos itens subsecutivos apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, no que se refere à ética no serviço público e aos seus marcos legais.

- 49 Altair, chefe de uma repartição pública, alertou um dos funcionários de seu setor que suas vestimentas não eram adequadas para o ambiente de trabalho. Nessa situação, a conduta de Altair feriu a ética profissional dos servidores, uma vez que desrespeitou a intimidade de outro servidor.
- 50 Valmir é servidor público e filiado a uma organização que defende o direito de se praticar atos considerados atentatórios à dignidade humana. Nessa situação, a conduta de Valmir não fere o código de ética do servidor público, desde que sua participação nas atividades da referida organização ocorram apenas em horários fora do expediente.
- 51 Fabiano, servidor efetivo no exercício de cargo em comissão, foi transferido para outro órgão, onde se descobriu que havia uma denúncia de infração disciplinar contra ele. Nessa situação, competirá ao novo órgão em que Fabiano passou a trabalhar a instauração do processo disciplinar.
- 52 Um servidor público comentou, em um almoço com os amigos, os detalhes de um processo que tramitava em sua repartição e que, formalmente, deveria permanecer em segredo. Nessa situação, o ato cometido pelo funcionário configura ato de improbidade administrativa, mesmo se considerando que os amigos não tivessem interesse nem possibilidade de se beneficiarem das informações fornecidas pelo servidor.

Com relação ao sistema operacional Windows 8.1 e ao editor de textos Microsoft Office 2013, julgue os itens que se seguem.

- 53 A ferramenta Pincel de Borda, disponível no Word, permite que o usuário, ao formatar uma tabela, escolha, por exemplo, a espessura, o estilo e as cores das bordas dessa tabela.
- 54 No Windows, o recurso Otimizar Unidades permite otimizar tanto um computador quanto uma unidade de rede para melhorar seu desempenho.
- 55 Por meio da ferramenta Tabelas Rápidas, disponibilizada no Word, o usuário pode criar ou personalizar teclas de atalho para a inserção instantânea de tabelas.

Com referência a conceitos de redes de computadores, ao programa de navegação Mozilla Firefox e ao programa de correio eletrônico Mozilla Thunderbird, julgue os próximos itens.

- 56 A versão mais recente do Mozilla Firefox possibilita reabrir uma janela que tenha sido fechada acidentalmente. Para tanto, o usuário deverá adotar o seguinte procedimento: clicar o menu Histórico, clicar a opção Reabrir Janela e, em seguida, selecionar a janela que deseja reabrir.
- 57 Funcionalidades disponibilizadas no Mozilla Thunderbird possibilitam mover uma mensagem da caixa de entrada de uma conta para uma pasta localizada em outra conta.
- 58 Na transferência de arquivos entre dois computadores em rede, não existe diferença na forma como os computadores nomeiam os arquivos envolvidos nesse processo.

No que se refere à computação na nuvem, aos procedimentos de segurança da informação e ao armazenamento de dados na nuvem, julgue os itens subseqüentes.

- 59 Normalmente, mensagens de *email* passam por vários roteadores e equipamentos de rede antes de chegarem ao seu destinatário final; por isso, para se aumentar a segurança da informação, essas mensagens podem ser criptografadas.
- 60 Embora a atual arquitetura de nuvem possua grande capacidade de armazenamento, os dados gerados por redes sociais e por mecanismos de busca não podem ser armazenados e gerenciados em nuvem, devido ao fato de eles serem produzidos, diariamente, em quantidade que extrapola a capacidade de armazenamento da referida arquitetura.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

À luz do disposto na Lei n.º 4.320/1964, que estabelece normas gerais de direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do DF, julgue os itens que se seguem.

- 61 Com a finalidade de manter o equilíbrio do balanço financeiro, classificam-se os restos a pagar do exercício como despesa extraorçamentária, de modo a compensar sua inclusão na receita orçamentária.
- 62 O ente público de poder, ao fixar na lei orçamentária anual ingressos de recursos financeiros de caráter temporário, como, por exemplo, depósitos em caução, constituirá passivos exigíveis que podem ser levantados por meio de emissão de ordem bancária em favor do caucionário, a partir da extinção do propósito da garantia.
- 63 O resultado decorrente do balanceamento entre receitas e despesas correntes é reconhecido como item de receita orçamentária.

No que se refere às demonstrações contábeis e aos registros das transações no âmbito do setor público, julgue os seguintes itens.

- 64 As variações resultantes da conversão dos débitos, créditos e valores em espécie serão levadas à conta patrimonial, e a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) indicará, necessariamente, o resultado patrimonial do exercício.
- 65 Conforme as normas gerais de direito financeiro, uma mutação passiva anula os efeitos de uma receita de capital.
- 66 A demonstração contábil denominada demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) deve ser elaborada pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que as incorporarem no processo de consolidação das contas.
- 67 As transações de caráter compensatório — incluídas aquelas que não modifiquem a conta de resultado — promovem alterações nos elementos patrimoniais do ente público.

Julgue o item abaixo, relativo ao Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP).

- 68 A adoção do SICSP é obrigatória em todas as entidades do setor público.

Acerca dos princípios de contabilidade aplicados ao setor público, julgue os próximos itens.

- 69 A contabilidade aplicada ao setor público, que emprega os princípios fundamentais de contabilidade para gerar informações, busca refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública, a fim de evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.
- 70 Conforme o princípio da oportunidade, as variações patrimoniais devem ser reconhecidas na sua totalidade, independentemente de as formalidades legais para sua ocorrência terem sido cumpridas.

Julgue os itens a seguir, referentes a características, conteúdo e forma do balancete e das transações contábeis.

- 71 Embora a frustração da arrecadação não seja motivo para registro de cancelamento de previsão de receita, deve-se demonstrá-la no balanço orçamentário, fazendo-se nele constar nota explicativa explicitando tal situação.
- 72 Determinadas informações, como saldos invertidos em contas correntes, classificações inadequadas de despesas e receitas, utilizações indevidas de contas contábeis e presença de saldos irrisórios ou residuais, somente podem ser obtidas no balancete contábil, que é um repositório de informações sintéticas.

Com relação aos aspectos gerais do orçamento público e a sua implementação no Brasil, julgue os itens subsecutivos.

- 73 O resumo da política econômica do país, a análise da conjuntura econômica e a indicação do cenário macroeconômico, com suas implicações sobre a proposta orçamentária, são partes integrantes da mensagem presidencial que encaminha o projeto de lei orçamentária anual ao Congresso Nacional.
- 74 Denomina-se orçamento misto o orçamento público elaborado pelo Poder Executivo e que preveja que parte dos recursos seja executada por empresas do setor privado.
- 75 Considera-se respeitado o princípio da unidade orçamentária ainda que a lei orçamentária anual seja composta por três orçamentos diferentes, como ocorre no Brasil.

Com base nas normas e técnicas de programação e execução orçamentária, julgue os seguintes itens.

- 76 Considere que nova ação do governo, não incluída na lei orçamentária anual, tenha se tornado inevitável e que todas as receitas previstas para o mês em que a ação tenha sido necessária já tenham sido comprometidas com outras despesas. Nesse caso, o crédito especial que se fará necessário poderá autorizar a contratação de uma operação de crédito por antecipação de receita orçamentária.
- 77 Se for necessário efetuar limitação de empenho em virtude da frustração na realização de receita, o montante da limitação a ser promovida nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e no Ministério Público será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias discricionárias.
- 78 Devem ser revertidos ao Tesouro Nacional os saldos de créditos orçamentários não utilizados até o encerramento de cada exercício financeiro.
- 79 Se determinado crédito orçamentário sofrer alteração em relação à dotação autorizada na lei orçamentária anual, competirá à Secretaria do Tesouro Nacional proceder à alteração do valor no Sistema Integrado de Administração Financeira.

Com relação à receita pública, julgue os itens subsequentes.

- 80** Eventual superávit financeiro apurado pelo governo federal, em determinado exercício, no orçamento fiscal não poderá ser reconhecido como receita no exercício financeiro subsequente.
- 81** Antes de proceder ao registro de uma receita extraorçamentária, o órgão público deve, em primeiro lugar, definir a categoria econômica em que o registro será feito.

Acerca da despesa pública, julgue os itens que se seguem.

- 82** As despesas orçamentárias empenhadas e não pagas até o final do exercício serão inscritas em restos a pagar e constituirão dívida flutuante.
- 83** No momento da liquidação e do reconhecimento do direito ao recebimento de determinado valor por meio de suprimento de fundos, deve-se debitar a despesa orçamentária efetiva e creditar o passivo circulante.
- 84** É vedada a realização de despesas públicas sem a emissão prévia da nota de empenho.
- 85** Considere que determinado servidor público tenha classificado uma despesa realizada pelo órgão de sua lotação como despesa com pessoal e encargos sociais. Nesse caso, a classificação por ele realizada representa a categoria econômica da despesa.

Com relação aos diferentes tipos de controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 86** Constatando a existência de ilegalidade em contrato firmado por uma secretaria do Governo do Distrito Federal (GDF), o TCDF deverá sustar imediatamente a sua execução e comunicar a decisão à CLDF, que deverá determinar as providências cabíveis, no prazo de 90 dias, para a regularização. Findo esse prazo, se a ilegalidade não tiver sido sanada, o TCDF deverá decidir a respeito.
- 87** O TCDF, órgão auxiliar da CLDF, a quem compete o controle externo da administração pública no âmbito do DF, deverá prestar contas anualmente à DF, observando-se os aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade.

No que se refere aos controles parlamentar, administrativo e judicial, julgue os próximos itens.

- 88** Ao auditor do TCDF que atue em substituição a conselheiros caberão as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
- 89** Em se tratando de controle financeiro, o TCDF, no exercício da função de informação, deve atender às solicitações da CLDF no que se referir à fiscalização dos órgãos e entidades do GDF, mas não poderá detalhar os resultados de auditorias e inspeções realizadas nesses órgãos ou entidades, de modo a resguardar-se o sigilo funcional.
- 90** O controle exercido pela administração sobre as entidades da administração indireta, denominado tutela, caracteriza-se como controle externo. Na realização desse controle, deve-se preservar a autonomia da entidade, nos termos de sua lei instituidora.

Julgue os itens seguintes, com base na Lei de Improbidade Administrativa.

- 91** Se autoridade administrativa considerar necessária à instrução processual o afastamento do agente público do exercício de seu cargo ou função durante a apuração de ato de improbidade administrativa, o pagamento da remuneração desse agente será interrompido, devendo ser restabelecido se afastado o risco de dano ao erário.
- 92** A entrega de cópia da declaração anual de bens enviada à Receita Federal supre a exigência de que o agente público em exercício encaminhe, ao respectivo órgão ao qual esteja prestando serviços, os dados e informações sobre o seu patrimônio e o de seus dependentes.

No que diz respeito à auditoria interna, auditoria no setor público e relatórios de auditoria, julgue os seguintes itens.

- 93** Situações de não conformidade, que podem ocorrer sob a forma de impropriedade — quando não há transgressão a normas legais — ou irregularidade — caso em que além de haver transgressão a normas legais, há perdas quantificáveis, configuradoras de dolo ou má-fé —, devem ser evidenciadas em relatório de auditoria governamental.
- 94** O planejamento dos trabalhos da auditoria interna deve contemplar, entre outros fatores, o concurso de especialistas, para quem as responsabilidades são inteiramente transferidas.
- 95** Entre os objetos da auditoria governamental no DF que objetiva examinar a regularidade e avaliar a eficiência da gestão administrativa e dos resultados alcançados, incluem-se a arrecadação e a restituição dos tributos de competência própria dos estados e municípios.

Com relação a métodos, técnicas e procedimentos de auditoria, julgue os itens subsequentes.

- 96** Para a verificação, de eventuais passivos omitidos, com fornecedores, recomenda-se, entre outros procedimentos, a verificação dos pagamentos efetuados em determinado período, após o balanço, levando-se em conta os prazos médios normais de vencimento das respectivas compras.
- 97** O pedido de confirmação positivo, considerado uma evidência de qualidade melhor que o negativo, é mais indicado para as contas de clientes e fornecedores cujo saldo seja de grande valor ou que apresentem maiores indícios de erros.



Julgue os próximos itens com base no manual de auditoria do TCDF.

- 98** A reexecução é uma técnica que consiste na simulação, pela equipe de auditoria, de todas as etapas de realização da operação que está sendo objeto de exame.
- 99** Quando os trabalhos de auditoria são realizados com base em métodos estatísticos, o risco de detecção se converte em risco da amostra, que consiste na probabilidade de um erro ou irregularidade não ter sido identificado pelo auditor por não ter sido incluído na amostra.

Com relação aos princípios constitucionais tributários e aos tributos federais, estaduais e municipais, julgue os seguintes itens.

- 100** De acordo com a Constituição Federal, é vedada à União a cobrança de imposto de renda sobre os rendimentos auferidos por títulos públicos estaduais em patamares superiores àqueles cobrados sobre os rendimentos auferidos por títulos públicos da União.
- 101** O DF, por ser um ente federativo híbrido, pode instituir contribuição social ou de intervenção no domínio econômico, desde que os seus valores, direta ou indiretamente, sejam revertidos aos servidores públicos.
- 102** O DF é competente para instituir a contribuição de melhoria, tributo que tem por finalidade fazer face ao custo de obras públicas das quais decorram valorização imobiliária.
- 103** Dado o princípio da isonomia ou da igualdade, previsto na Constituição Federal, é vedada, na cobrança de tributos, a distinção entre contribuintes em razão da proveniência do bem ou do produto.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos tributos de ICMS e de ISS.

- 104** Considere que José, domiciliado em Curitiba – PR e proprietário de uma empresa que promove vários cursos no Brasil, tenha elaborado determinado curso no estado onde reside e, posteriormente, ministrou o referido curso no DF. Nessa situação, o tributo de ISS, referente à prestação de serviço no DF, deverá ser recolhido ao município de Curitiba – PR.
- 105** Não se considera fato gerador do ICMS a exclusiva movimentação física de mercadorias de determinada empresa, sendo necessária, para a incidência desse tributo, a denominada circulação jurídica, ou seja, aquela proveniente de aquisições ou vendas efetivadas mediante contratos mercantis que caracterizem transferência da titularidade.

Acerca do INSS, julgue o item abaixo.

- 106** Considere que, em determinado mês, uma pessoa física, autônoma, tenha prestado serviços no valor de R\$ 5.000,00 para uma fundação pública e que o salário-contribuição nesse mês tenha correspondido a R\$ 4.390,00. Nessa situação, a fundação deverá reter, a título de INSS, o valor de R\$ 482,90, já que eleita pela pessoa como responsável, bem como porque a alíquota é de 11%.

Com base no disposto na Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens a seguir.

- 107** A administração pode definir expressamente a localização geográfica da execução do contrato e desclassificar propostas que não atestem a viabilidade técnica para o cumprimento do contrato de acordo com a tal definição.
- 108** A administração pode optar por contratar produto de empresa nacional em detrimento do bem importado sob a justificativa, exclusiva de dar preferência à industrial nacional.
- 109** Dado o princípio da publicidade, a ausência de regular comunicação aos licitantes acerca do resultado do julgamento constitui vício irreparável que acarreta a nulidade dos atos da licitação.

No que se refere à elaboração e fiscalização de contratos, julgue os itens subsecutivos.

- 110** Em decorrência do princípio constitucional da livre escolha dos representantes, a contratada pode indicar múltiplos prepostos para representá-la, bem como pode substituí-los a qualquer momento.
- 111** Se não houver previsão de penalidade de multa no edital da licitação nem no instrumento contratual, para o caso de atraso na execução do contrato, a administração não poderá valer-se do poder discricionário para aplicar a referida penalidade.
- 112** É imprescindível que haja previsão orçamentária no plano plurianual para que sejam realizados contratos de longo prazo, ou seja, contratos com prazo superior ao prazo de vigência do crédito orçamentário.
- 113** A regra de prorrogabilidade dos contratos poderá ser usada para assegurar compras de bens de uso contínuo destinados a atender a necessidades públicas permanentes.

Julgue os itens subsequentes, acerca de direitos, pensão e aposentadoria de servidor.

- 114** Como regra, os proventos de pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do servidor aposentado compulsoriamente.
- 115** A aposentadoria poderá ser voluntária e proporcional, desde que cumprido o tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no serviço público, observadas as demais condições de idade e tempo de contribuição.

Julgue os seguintes itens acerca do regime próprio de previdência social do Distrito Federal (RPPS/DF).

- 116** Os servidores do TCDF ocupantes exclusivamente de cargos em comissão integram o RPPS/DF.
- 117** O Instituto de Previdência dos Servidores do DF (Iprev/DF), autarquia distrital, é o único gestor do RPPS/DF.
- 118** Os servidores ativos titulares de cargos efetivos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios estão excluídos do RPPS/DF.

No que se refere ao regime jurídico único dos servidores do DF, julgue os itens subsequentes.

- 119** Para fins legais, a infração disciplinar de maior gravidade absorve a de menor gravidade.
- 120** Suponha que Pedro, servidor submetido ao regime jurídico único dos servidores do DF, tenha cometido infração administrativa para a qual se preveja pena de demissão. Nesse caso, o processo administrativo disciplinar deve ser concluído no prazo improrrogável de noventa dias.

A respeito dos Poderes Executivo e Legislativo, julgue os itens a seguir.

- 121** Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão, sendo essa atuação conjunta exemplo prático da aplicação da doutrina dos freios e contrapesos.
- 122** O veto do presidente da República a projeto de lei será apreciado em sessão unicameral, somente podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos congressistas.
- 123** Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade, os responsáveis pelo controle interno dos três poderes da União devem comunicá-la ao TCU, sob pena de responsabilização solidária com o infrator.
- 124** Dispor sobre a organização da administração federal é atribuição privativa do presidente da República, que somente poderá ser exercida pelo próprio ou, durante seus impedimentos, por quem o substituir na presidência, vedada a delegação.

Com relação às finanças públicas e ao sistema tributário nacional, julgue os itens subsequentes.

- 125** Cabem ao Banco Central a emissão de moeda, a função de depositário das disponibilidades de caixa da União e a atribuição de conceder empréstimos ao Tesouro Nacional.
- 126** O princípio da anterioridade tributária é cláusula pétrea, por constituir garantia individual de que a lei que criar, aumentar ou extinguir tributo somente pode ser aplicada no exercício financeiro seguinte à sua publicação.
- 127** A imunidade tributária recíproca entre as pessoas políticas abrange apenas os impostos.

Acerca da organização político-administrativa do Estado Federal brasileiro e da administração pública, julgue os seguintes itens.

- 128** O presidente da República pode dispor, mediante decreto autônomo, acerca da organização e do funcionamento da administração federal, vedados o aumento de despesa e a criação ou extinção de órgãos públicos.
- 129** A autonomia dos estados-membros caracteriza-se pela sua capacidade de auto-organização, autolegislação, autogoverno e autoadministração, ao passo que a soberania da União manifesta-se em todos esses elementos e, ainda, no que concerne à personalidade internacional.
- 130** É vedado à LODF definir os crimes de responsabilidade do governador.

Considere que, durante uma fiscalização, fiscais do DF tenham encontrado alimentos com prazo de validade expirado na geladeira de um restaurante. Diante da ocorrência, lavraram auto de infração, aplicaram multa e apreenderam esses alimentos. Com base na situação hipotética apresentada, julgue os itens subsequentes.

- 131** Se a aplicação da multa for indevida, a administração tem o poder de anulá-la, de ofício, independentemente de provocação do interessado.
- 132** A aplicação de multa ao estabelecimento comercial decorre do poder disciplinar da administração pública.
- 133** Diante do risco à saúde da população, as mercadorias com prazo de validade expirado poderão ser imediatamente apreendidas, mesmo antes da abertura de processo administrativo e sem prévio contraditório do proprietário do estabelecimento.

Acerca do regime jurídico administrativo, julgue os próximos itens.

- 134** O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado é um dos pilares do regime jurídico administrativo e autoriza a administração pública a impor, mesmo sem previsão no ordenamento jurídico, restrições aos direitos dos particulares em caso de conflito com os interesses de toda a coletividade.
- 135** Os atos administrativos praticados pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário submetem-se ao regime jurídico administrativo.
- 136** Em razão do princípio da legalidade, a administração pública está impedida de tomar decisões fundamentadas nos costumes.

Suponha que um servidor público fiscal de obras do DF, no intuito de prejudicar o governo, tenha determinado o embargo de uma obra de canalização de águas pluviais, sem que houvesse nenhuma irregularidade. Em razão da paralisação, houve atraso na conclusão da obra, o que causou muitos prejuízos à população. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 137** Uma vez instaurado o processo administrativo disciplinar para apuração da infração, o servidor poderá ser afastado de suas funções, por até sessenta dias, sem direito à remuneração do cargo.
- 138** A ausência de advogado para auxiliar o servidor em sua defesa não é causa de nulidade do processo administrativo disciplinar.
- 139** O ato de embargo da obra atenta contra os princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade.
- 140** A autoridade competente do órgão de fiscalização tem a prerrogativa discricionária de instaurar processo administrativo para apurar a infração cometida pelo servidor.

Com base nas disposições da Lei n.º 8.429/1992 e da Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens a seguir.

- 141** Nos processos administrativos, as intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, no entanto o comparecimento do administrado supre sua falta ou sua irregularidade.
- 142** A legitimidade ativa para propor a ação de improbidade administrativa é sempre da pessoa jurídica que foi vítima do ato de improbidade, cabendo ao Ministério Público intervir na demanda apenas na condição de fiscal da lei.

Com relação ao regime diferenciado de contratações e à disciplina legal sobre o pregão, julgue os itens subsequentes.

- 143** Entre outras proibições, veda-se, no pregão, a exigência de garantia de proposta bem como a exigência da aquisição do edital pelos licitantes como condição para participação no certame.
- 144** Afora a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, o regime diferenciado de contratações aplica-se a obras e a serviços voltados à construção, à ampliação e à reforma de estabelecimentos penais e de unidades de atendimento socioeducativo, entre outras.

No que se refere ao controle da administração pública, julgue os itens que se seguem.

- 145** O Poder Legislativo exerce controle financeiro sobre o Poder Executivo, sobre o Poder Judiciário e sobre a sua própria administração.
- 146** O controle judicial dos atos da administração ocorre depois que eles são produzidos e ingressam no mundo jurídico, não existindo margem, no ordenamento jurídico brasileiro, para que tal controle se dê *a priori*.

Julgue os itens a seguir, relativos à responsabilidade civil do Estado, aos serviços públicos e às organizações da sociedade civil de interesse público.

- 147** Nos termos da Lei n.º 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, diferentemente da concessão, a permissão de serviços públicos tem a natureza de ato administrativo unilateral e precário, e não a de negócio bilateral que se formaliza mediante contrato.
- 148** De acordo com o princípio da continuidade, os serviços públicos, compulsórios ou facultativos, devem ser prestados de forma contínua, não podendo ser interrompidos mesmo em casos de inadimplemento do usuário.
- 149** Tanto o dano moral quanto o dano material são passíveis de gerar a responsabilidade civil do Estado.
- 150** Compete ao Ministério da Justiça expedir certificado às entidades interessadas em obter qualificação como organização da sociedade civil de interesse público.



**cespeUnB**

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos